

# NELSON WERNECK SODRÉ E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Alex Conceição Vasconcelos da Silva\*

## RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a importância da obra de Nelson Werneck Sodré no tocante à modernidade no Brasil, que se notabiliza pela necessidade de modificar as estruturas políticas, sociais e econômicas do país, construídas ao longo de sua formação histórica, marcada pelo alinhamento das classes dominantes com o centro hegemônico, a intensa relação com o mercado externo e o seu mutualismo com o capital internacional. A sua extensa produção literária foi teoricamente fundamentada no marxismo-leninista, no afã de superar as forças tradicionais, que, em sua visão, impediam o avanço do país na constituição de uma nação, dificultando uma política de industrialização independente, em contraposição a setores progressistas da sociedade brasileira. Adotando como parâmetro a concepção dialética do choque entre os opostos, no caso, o “novo” e o “velho”, o autor desenvolveu uma tese que compreendia duas vertentes: a primeira indicava a “Revolução Brasileira” e a sua antítese, e a segunda, as forças da tradição: o latifúndio e o imperialismo.

**Palavras-Chave:** Nelson Werneck Sodré. Modernidade. Desenvolvimento.

## NELSON WERNECK SODRÉ AND THE BRAZILIAN DEVELOPMENT

### ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the importance of the work of Nelson Werneck Sodré regarding modernity in Brazil, which is notorious for the need to change the political, social and economic structures of the country, built along its historical formation, marked by the alignment of the ruling classes with the hegemonic center, an intense relation with the foreign market and its mutuality with the international capital. His extensive literary production was theoretically grounded in the marxism-leninism, aiming to overcome the traditional forces which in his view did not allow the development of the country towards the constitution of a nation, running an independent industrialization policy into difficulty, opposed to progressive sectors of the Brazilian society. Adopting the parameter of the dialectic concept of the clash between the opposite sides, in this case, the “new” and “old”, the author developed a thesis that included two ways: the first indicted the “Brazilian Revolution” and its antithesis and the second, the traditional forces: landownership and imperialism.

**Keywords:** Nelson Werneck Sodré. Modernity. Development.

\* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisador do Núcleo de Identidade Brasileira e História Contemporânea (NIBRAHC-UERJ). Contato: alexconceicao@gmail.com

## NELSON WERNECK SODRÉ Y EL DESARROLLO BRASILEÑO

### RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la importancia de la obra de Nelson Werneck Sodré en relación con la modernidad en Brasil, que se caracteriza por la necesidad de cambiar las estructuras políticas, sociales y económicas del país, construidas a lo largo de su formación histórica, marcada por la alineamiento de las clases dominantes con el centro hegemónico, la intensa relación con el mercado externo y de su mutualismo con el capital internacional.

Su extensa producción literaria se basa teóricamente en el marxismo-leninismo, en el deseo de superar las fuerzas tradicionales, que, a su juicio, impedían el avance del país en la constitución de una nación, dificultando una política de industrialización independiente, en contraposición a los sectores progresistas de la sociedad brasileña. Adoptando como parámetro la concepción dialéctica del choque entre los opuestos, en este caso, el “nuevo” y el “viejo”, el autor desarrolló una tesis que incluía dos partes: la primera indicaba la “Revolución Brasileña” y su antítesis, y la segunda, la fuerzas de la tradición: el latifundio y el imperialismo.

**Palabras clave:** Nelson Werneck Sodré. Modernidad. Desarrollo.

### 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, discorre-se sobre a dimensão da obra de Nelson Werneck Sodré, expoente da expressão castrense na formulação de um projeto para o Brasil. De formação militar desde os treze anos de idade (nasceu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1911, e entrou no colégio militar em 1924), atuou, enquanto oficial, como um elo entre as Forças Armadas, ou melhor, o Exército e os diferentes vieses teóricos, lócus civil de elaboração de conhecimento. Na função de professor, tanto da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), quanto do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), estabeleceu, por meio da imprensa e de extensa obra de Crítica Literária, História, Memória, Economia e arguta análise política, um debate intelectual que versou sobre os problemas que atingem a sociedade brasileira. Militar de carreira, Werneck Sodré ultrapassou os limites corporativos ocupando no Brasil o mesmo lugar que os denominados “intelectuais progressistas”, defendendo conceitos de nação e cultura brasileira.

A questão central de sua extensa obra está consagrada naquilo que o autor nomeou de *Revolução Brasileira* – processo histórico que perdurou no país, em sua ótica, de 1930 a 1964. Para desenvolver sua teoria, valeu-se do materialismo dialético para analisar a longa duração da formação histórica do país, cujo objetivo consistia em elaborar uma relação entre o presente e o passado, sendo necessário entender o passado para compreender o presente. No caso brasileiro, um processo

iniciado nos tempos coloniais, transpassando o Império, com consequências que se refletiram na República.

Werneck Sodré observa que a história política brasileira compreende três grandes fases: Colônia, Império e República. Porém, analisando-a com profundidade, percebem-se apenas duas: a do Brasil Velho (Colônia, Império e República Oligárquica) e a do Brasil Novo (A Revolução Brasileira). Para chegar à classificação mencionada, adotou o marxismo como fundamentação teórica, tanto para justificar essa divisão, quanto para teorizar sobre o choque dialético entre o “velho” e o “novo”.

No início do século XX, o marxismo já estava bem consolidado na Europa, disseminando-se cada vez mais para regiões periféricas do continente, como a Rússia czarista, que veio a ser o grande palco da primeira revolução da história baseada na ideologia, servindo de inspiração não somente para os socialistas europeus, como para sua disseminação para fora da Europa, ganhando novos contornos na América Latina, em especial no Brasil, por meio do advento da III Internacional. Pode-se afirmar, em princípio, que a obra de Sodré é baseada principalmente na vertente leninista. Segundo José Carlos Reis,

N. W. Sodré desenvolve uma análise do Brasil estreitamente ligada à análise do PCB, que estava ligado à III Internacional, ao comunismo soviético. (...) A III Internacional esteve dominada pelas questões nacional e colonial. A luta era contra o imperialismo e pela integração capitalista nacional, que abria o horizonte socialista. (REIS, 2007, p. 152).

A III Internacional representou uma grande guinada no marxismo, pois desenvolveu novas diretrizes teóricas, guiadas pela obra de Lenin<sup>1</sup>, que passou a abranger a luta nacionalista contra o imperialismo, obtendo uma enorme perenidade nos países ditos atrasados, entre os quais o Brasil, pois atendia a demanda dos movimentos sociais desses locais, diferentemente daquilo que fora desenvolvido por Marx, que compreendia o nacionalismo como um conceito alienador, utilizado pela burguesia contra o proletariado.

Para analisar os ecos da III Internacional na América Latina, há que demonstrar a perenidade da obra de um dos principais expoentes do marxismo latino-americano, José Carlos Mariátegui, que marcaria o pensamento de Werneck Sodré. A teoria exposta pelo autor entrava em conflito com as diretrizes da Internacional,

---

1 O pensamento de Lenin (s/d) é marcado pela estratégia de como se deve fazer a revolução retratando a conjuntura russa, servindo de modelo para os movimentos socialistas do século XX, além de ter sido basilar na organização dos PCs ao redor do mundo, devido às diretrizes elaboradas no livro *O que fazer?* A sua obra é fundamental no tocante à questão da aliança entre os socialistas e a burguesia na luta contra a grande propriedade agrária, no livro intitulado *Duas táticas da social democracia na revolução democrática*.

polarizada pela União Soviética (URSS), já que fora contrário às orientações assumidas pelo Partido Comunista Soviético (que já estava tomando uma nova direção, posteriormente denominada de “stalinismo”), em consequência dessa postura dele foi expulso. Em seu pensamento, a grande marca da colonização espanhola se encontrava na introdução das relações ‘feudais’ no Peru, pois:

A aristocracia latifundiária da colônia, dona do poder, conservou intactos seus direitos feudais sobre a terra e, por consequência, sobre o índio. Todas as disposições aparentemente dirigidas para protegê-lo nada puderam contra o feudalismo subsistente até hoje.

O feudalismo *criollo* se comportou, a esse respeito, de forma mais ávida e dura que o feudalismo espanhol. No geral, o *encomiendero criollo* tem todos os defeitos do plebeu e nenhuma das virtudes do fidalgo (MARIÁTEGUI, 2012, p. 62-63).

Mariátegui, em seus textos, deixa claro que o principal obstáculo para o desenvolvimento peruano era o *feudalismo*, e sua superação fundamental para que o país alcançasse a modernidade e, principalmente, a inclusão social do índio local. Pode-se elucidar que a sua maior contribuição teórica foi a de ter identificado a questão da grande propriedade rural como principal herança da colonização, denominando-a de feudalismo, conferindo, assim, um significativo suporte às reflexões marxistas latino-americanas, como no caso de Werneck Sodré em sua narrativa historiográfica.

O marxismo chegou ao Brasil nos primeiros decênios do século XX, encontrando grande vigor nas greves da década de 1920, que inspirou a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, inicialmente sob liderança de nomes como Octávio Brandão e Astrogildo Pereira, que juntamente com uma pequena missão, foram enviados a recém-fundada União Soviética para um curso de marxismo-leninismo.

Em seus primórdios, o PCB esteve bastante ligado ao Partido Comunista Soviético, que influenciara a grande maioria dos partidos comunistas que estavam surgindo ao redor do mundo, dando-lhes uma faceta extremamente burocratizada e autocrática. Porém, o marxismo fora utilizada por intelectuais, na América Latina, como ferramenta teórica para denunciar as consequências da formação histórica marcada pela persistência colonial, cujo grande símbolo era o predomínio do latifúndio, além da condição dos países latino-americanos no que tange ao papel que ocupavam na Divisão Internacional do Trabalho, assim como também a contradição social existente na sociedade desses países.

Caio Prado Júnior (2011) foi o grande introdutor da perspectiva marxista na historiografia nacional, em duas publicações: *Evolução Política do Brasil* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, nas quais analisou o Brasil colonial. Utilizando-se da concepção materialista da história, demonstrou a dialética entre a colônia e a metrópole, fundamentando, assim, o “sistema colonial” mercantilista, cuja empre-

sa foi essencial para a formação da Divisão Internacional do Trabalho, baseada na exploração e objeto de enriquecimento da metrópole.

Werneck Sodré, que fora contemporâneo de Caio Prado Junior (2011), apoiou no marxismo para estudar o Brasil, notabilizando-se pela utilização da concepção de viés ortodoxo. Sua produção acadêmica resulta em uma pesquisa profunda da história social, política e econômica do país, ressaltando o protagonismo das forças internas, no período colonial e na feitura da independência; essa elite latifundiária, que, geralmente, tem o seu papel ofuscado pelo seu sócio internacional, seja a antiga metrópole, ou então a nação hegemônica. Para o autor, a força motriz da história social, política e econômica do Brasil sempre foram as classes dominantes, associadas a forças externas, e se beneficiando delas. A diferença é que na época colonial, a elites estavam ligadas a Portugal, já no Império, à Inglaterra, e na República Velha, estão unidas não somente ao Reino Unido, como também aos Estados Unidos (EUA), que, desde o último decênio dos oitocentos, se tornou o maior mercado consumidor do café brasileiro, além de se constituir como um fornecedor alternativo de crédito, em oposição à Inglaterra que já entrava em decadência.

Com o término da Primeira Guerra Mundial em 1918, os Estados Unidos substituíram a Inglaterra como principal parceiro comercial do Brasil, evidenciado no estreitamento das relações EUA-Brasil, como, por exemplo, a vinda da Ford em 1917, além de outras empresas daquele país. A crise de 1929 privou o café brasileiro do seu principal mercado, enfraquecendo consideravelmente as elites que detinham o poder, impedindo-as de evitarem a série de acontecimentos no ano de 1930, que acabou conflagrando na queda da República Velha.

## 2 A DIALÉTICA DE WERNECK SODRÉ

No tópico anterior, analisam-se, brevemente, as elites provenientes da formação do Brasil, baseadas no latifúndio, que, na concepção de Werneck Sodré, foi a grande responsável pelos rumos tomados pelo país ao longo de sua história, como a edificação do Estado brasileiro, em 1822<sup>2</sup>, e conseqüentemente, apoiando a frente que proclamara a República em 1889<sup>3</sup>, assumindo a hegemonia da mesma em 1894, quando se instaurou a República Velha.

A economia do café suportou o fim da escravidão, porém a elite que sustentava o Império, no caso, a cafeeira do decadente Vale do Paraíba, ao contrário

---

2 Para Sodré, “na época da Independência, qualquer transformação dependia do apoio da classe dominante de senhores e terras de escravos. A composição social e os interesses eram outros – mas a classe dominante permanecia a mesma”. In: SODRÉ, N. W. *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB. p. 26.

3 Segundo Sodré, “a República decorre justamente da composição de forças entre uma classe média que disputava a participação no poder e de uma fração da classe dominante cindida, aquela que se emancipara do que o Império era a representação característica, a lavoura nova do café”. In: SODRÉ, N. W. *Idem*. p. 26.

daquela do Oeste Paulista, não acompanhou a expansão da lavoura, tendo que se apoiar, cada vez mais, na mão de obra escrava, que estava em franca decadência.

Em contraposição aos decadentes barões do Vale do Paraíba, os cafeicultores do Oeste Paulista foram os principais beneficiários da expansão cafeeira, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proibia o tráfico de escravos no Brasil. Investiram o capital excedente nas cidades, especialmente na capital do estado de São Paulo, incentivando assim o início do processo de urbanização, fortalecendo a atividade comercial, de pequenas empresas que viviam dos excedentes do café, dando condições para o fortalecimento de uma classe tipicamente urbana: a classe média. Com a Abolição da Escravatura em 1888, o Império ficou isolado no poder, sendo ferido mortalmente, em 15 de novembro de 1889, pela Proclamação da República, encerrando-se assim a fase monárquica da História do Brasil.

Nos anos iniciais da República, o país foi governado pelos militares, que, segundo Werneck Sodré, representavam a classe média, havendo choque com as elites durante os anos da República da Espada, pois a elite cafeeira não precisava mais deste segmento social, despejando-o do poder. O choque foi finalizado com a ascensão de Prudente de Moraes à presidência, denotando o advento da República “Café com leite”, que foi consolidada pela Política dos Governadores em 1898, já no governo de Campos Sales.

Para o historiador, a Proclamação da República foi fruto da união de duas classes sociais, porém, ela só foi possível graças ao apoio da elite paulista. Essa assertiva de Sodré tem a intenção de demonstrar a inviabilidade de grandes mudanças no país sem o aval do segmento dominante. E, na sequência, o autor relata que os dois estratos sociais cindiram, mostrando que a classe média urbana ficou encurralada até ceder às elites rurais, que governaram até 1930.

Os acontecimentos de 1930, para Sodré, significaram muito mais do que uma simples troca de governo, revelou a queda de uma velha estrutura, ascendendo uma nova, ou seja, indicou a emergência da classe média urbana ao poder, representando outro paradigma, a ascensão de uma nova perspectiva, comprometida com o fortalecimento do Estado e do mercado interno.

Os intelectuais oriundos da conjuntura erigida sob a Revolução de 1930, como Werneck Sodré, foram em sua maioria reconhecidos como membros do Pensamento Social Brasileiro, por defenderem a ruptura com o longo processo de construção do Brasil, que, desde a época colonial, foi baseado no predomínio do ruralismo, da escravidão, da monocultura, da economia voltada essencialmente para a exportação, em outras palavras, da *plantation*<sup>4</sup>, cujo resultado deriva a edificação de uma

4 *Plantation* é a designação proporcionada a sistemas econômicos baseados na grande propriedade rural, no caso, latifúndios, cuja produção se baseia na monocultura, voltada exclusivamente para a exportação. A *plantation* é, geralmente, utilizada para definir as economias coloniais da época moderna, assim como a de países cuja base econômica se concentra na exportação de um produto agrícola, por exemplo: a economia de Costa Rica se baseia, em grande parte, na exportação de bananas.

sociedade autoritária e escravocrata.

Segundo o autor, a essência da Revolução Brasileira estava na emergência da concepção nacionalista, que evidenciava a superação da condição colonial, da velha ordem, edificando assim outro sistema, no caso, a edificação da nação brasileira, marcada pela fraternidade, pela cidadania, pela independência política, cultural e econômica, através da concepção dialética, compreendida, nesta conjuntura, pelo confronto entre a tese, no caso, o novo, a brasilidade, e pela antítese, reproduzida no velho, pela ordem colonial (o latifúndio e sua aliança à potência estrangeira metropolitana), cuja síntese seria o surgimento da nação brasileira, conforme se pode observar ao longo da conferência intitulada *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, especificamente na seguinte passagem:

Ora, o que é velho e que é novo nesta fase? E velho, sem dúvida, o quadro do campo, em que as relações semifeudais impedem a ampliação do mercado interno; e velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; e velha a orientação de relegar o Estado à inércia; e velho o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; e velha uma norma que nos aprisiona nos moldes da fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa; e velho que nos subordina a razões externas, por legítima que sejam no exterior; e velha, particularmente, a ideia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros. E que é novo? Nova é a composição social que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois, o povo. Nada ocorrera mais sem a sua participação. Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada a de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. Volta Redonda é o novo que altera a paisagem brasileira e a Petrobras é o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferências. Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para frente e rompe com que nos entrava e entorpece. (SODRÉ, 1959, p. 48-49).

E, na defesa do nacionalismo, Werneck Sodré dedicou a sua militância intelectual orgânica, que correspondeu dialeticamente às tensões experimentadas na prática de um homem que viveu eticamente dois mundos, o civil e o militar, sem transição.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi, para Sodré, um *locus* de



intensa discussão sobre a conjuntura brasileira, juntamente com intelectuais progressistas, cujo objetivo era assegurar o desenvolvimento político, social e econômico brasileiro, porém de forma independente do capital internacional, reconhecido pela maioria dessa *intelligentsia* como imperialista, drenando assim as reservas financeiras do país sob forma de remessas de lucros. Portanto, para edificar esse projeto de nação, Sodré, assim como os intelectuais *isebianos* adotaram a ótica nacional-desenvolvimentista, em outras palavras, o conceito de desenvolvimento como forma de representar o “sentido de mudança, refletindo os interesses da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana” (SODRÉ, 1967, p. 532).

Em suma, após esta breve descrição do contexto histórico brasileiro, sobretudo daquela época, torna-se compreensível sua influência na obra de Werneck Sodré, profundamente marcada pelos conflitos políticos do período, em que se confrontaram as forças progressistas com as forças conservadoras<sup>5</sup> na luta pelo poder, demonstrando assim que o período foi caracterizado por um intenso choque dialético entre o ‘velho’ e o ‘novo’, acerca do destino do país.

### 3 O PANORAMA BRASILEIRO

Este artigo trata de dois conceitos fundamentais contidos na obra de Werneck Sodré, são eles: desenvolvimento e nacionalismo.

Primeiro, no tocante ao livro “Revolução Brasileira”, tem-se, por meta, compreender o pensamento do autor, cuja ideia central versa em torno de um projeto para o Brasil, estando esta intrinsecamente interligado ao nacionalismo. Segundo, no que concerne à crise, objetiva-se compreender o período a ser investigado, marcado pelo choque de vertentes no Brasil daquela época: de um lado, os nacionalistas, que priorizavam o desenvolvimento independente do estado brasileiro, baseado na liderança de uma fração da burguesia, na semântica de Sodré, a burguesia nacional, aliada com a classe média e as classes populares; de outro lado, os desenvolvimentistas, que focavam apenas no crescimento econômico nacional, porém associado ao capital internacional. Ambas vertentes tinham um objetivo em comum: o desenvolvimento brasileiro. Porém, o que as diferenciava era o nacionalismo econômico dos primeiros e o cosmopolitismo dos segundos.

O conceito de *desenvolvimento* tão utilizado no léxico dos economistas, mais especificamente na macroeconomia, designa o processo de crescimento, no caso de uma economia, através do aumento de superávit, fruto do aumento das expor-

5 Nos decênios de 1950-60, o país assistiu a uma intensa polarização política e ideológica entre elementos progressistas e conservadores que ocasionaram uma intensa disputa pelo poder, conferindo instabilidade aos governos de Vargas (1950-54) e JK (1956-60), e, principalmente, ao governo Goulart (1961-64). Esta disputa se refletiu na polarização da imprensa e conferiu enorme instabilidade aos governos daquele período, contribuindo para o suicídio de Vargas em 1954 e para o colapso do governo Goulart em 1964.



tações, cuja arrecadação consiga superar os gastos das importações, ocasionando uma balança comercial favorável. Quando essa balança comercial se torna favorável nos anos seguintes, conferindo mais riquezas ao país superavitário, costuma-se afirmar que sua economia está em desenvolvimento, ou crescimento. Porém, a utilização desse conceito extrapola os limites da ciência econômica, pois é adotado em vários contextos, mas sempre possuindo mesmo significado ou ideia: a de crescer. Na historiografia, sobretudo a econômica, tem-se usado esse termo para analisar o processo de crescimento econômico de países num determinado período, cujo resultado é o seu enriquecimento. Logo, a tendência é que se trate *desenvolvimento* como enriquecimento de um país.

Durante a década de 1950, Celso Furtado (1980), em *Formação Econômica do Brasil*, lançava as diretrizes para o desenvolvimento brasileiro, na esfera econômica, tendo como eixo a crise da lavoura cafeeira e, conseqüentemente, a mudança do centro dinâmico da economia interna: do café para a indústria; a decadência da primeira estava ligada à sua dependência ao mercado externo, em retraimento, devido à grande depressão; enquanto que a segunda era voltada estritamente ao mercado interno, com a expansão relacionada ao seu desenvolvimento. Em 1949, ano da publicação do livro de Furtado, acima citado, e da sua nomeação para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o autor concentrou-se na tentativa de demonstrar as novas diretrizes do desenvolvimento, baseado na “ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país” (FURTADO, 1980, p. 242). A antiga concepção de que desenvolvimento ocorreria em estrita associação do Brasil “aos países mais avançados, trocando de hegemonia, quando o país para o qual se vinha orientando se deixa retardar da vanguarda” (FURTADO, 1980, p. 130).

Sabe-se que não existe apenas uma fórmula para *desenvolvimento*. Sem caracterizá-lo, não se pode prosseguir em nossa análise histórica. No Brasil do tempo retratado, foram consideradas diferentes vertentes acerca do modelo de desenvolvimento que o país deveria adotar. Desenvolvimentistas, naquela época, eram todos aqueles que propunham industrializar o Brasil. O conceito de *desenvolvimento*, aplicado na fase investigada em nosso artigo, ganha uma significação muito ampla – cabe, portanto, neste estudo, a tarefa de delimitar a principal característica do tipo “advogado” pelos intelectuais progressistas, entre os quais Nelson Werneck Sodré (1964).

Mesmo com as diferenças entre as vertentes, ambos tinham plena compreensão que o grande protagonista do desenvolvimento econômico brasileiro era a alta burguesia, uma classe nova, cuja ascensão ocorreu logo após a Primeira Guerra Mundial, quando apareceram as primeiras indústrias no Brasil, porém ela só iria despontar no cenário político depois da Revolução de 1930, quando alcançou o poder, representada pelo novo presidente que, para Werneck Sodré, “Vargas afir-

mava-se, assim, o dirigente político da burguesia brasileira e definia, com absoluta clareza, a orientação do estado que presidia e que se colocava, agora, a serviço daquela classe” (SODRÉ, 1964, p. 296).

Essa transformação – ocorrida na década de 1930, quando a burguesia assumiu o poder e impôs as suas diretrizes, que se baseavam em “adaptar o aparelho de Estado, provavelmente obsoleto, às necessidades da expansão burguesa” (SODRÉ, 1964, p. 264), intensificando o crescimento econômico brasileiro – marcou, para Sodré, um novo processo histórico, denominado por ele de “Revolução Brasileira”.

Para que se possa compreender a dinâmica desse novo processo histórico, torna-se necessário entender as tensões que marcaram o desenvolvimento brasileiro. Portanto, é o momento, de abordar, de maneira bem cuidadosa, a conjuntura nacional daqueles tempos.

A emergência da burguesia como classe hegemônica do Estado não significou a queda da classe latifundiária. Com o ocaso da República Oligárquica, as elites agrárias perderam o total poder do Estado, porém, a burguesia não conseguiu assumir o controle sozinha, pois a classe latifundiária, mesmo em decadência, tinha para si o fato de ser a grande conquistadora de divisas para o Brasil junto ao mercado internacional, conseguindo dessa forma garantir a sua influência. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a economia mundial se recuperou, com a normatização das exportações brasileiras, além da elevação dos Estados Unidos à condição de superpotência mundial, ávida por mercado consumidor de seus produtos industrializados. O reordenamento do sistema global determinou a reconstituição da velha aliança entre o latifúndio e o novo centro hegemônico mundial que, segundo Werneck Sodré:

O restabelecimento da normalidade das exportações e, em consequência, a retomada da ascendência da economia exportadora, obrigava a burguesia a considerar, sob novo ângulo a sua luta, conciliando com o imperialismo, que retornava mais virulento, e com o latifúndio, que voltava a levantar a cabeça (SODRÉ, 1964, p. 303).

O fim da Segunda Guerra Mundial, na obra de Werneck Sodré, representou a recomposição das forças conservadoras na luta pelo poder, no entanto a burguesia saía do Estado Novo fortalecida, devido à consolidação da indústria brasileira e, principalmente, do mercado interno, atraindo a iniciativa internacional a participar do processo de industrialização nacional, porém, como sócia majoritária, provocando reações dos intelectuais compromissados com o desenvolvimento autônomo do Brasil, além de um choque de vertentes, que marcaram o período democrático (1945-64), influenciando sensivelmente nos governos daquela época. Para que se possa compreender essa repulsa à penetração do capital internacional na economia brasileira, tem-se que analisar uma das principais características dos progressistas: o nacionalismo.

*Nacionalismo:* “Em seu sentido mais abrangente o termo nacionalismo desig-

na a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional que se sobrepõe as ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectivas” (BOBBIO, 2010, p. 799). A significação desse conceito se torna fundamental para que se possa traçar o quadro da “Revolução Brasileira”, porque, como foi dito, a geração de intelectuais que emerge após a Revolução de 1930 será entusiasta da industrialização, do desenvolvimento brasileiro, na sua transformação em país industrializado. Durante o longo governo Vargas (1930-45), desenvolve-se uma política aparentemente ambígua: da mesma forma que o governo promove a industrialização, através do fenômeno conhecido como substituição de importações, além de construir um parque industrial ancorado na indústria de base, também incentiva a classe cafeeira, comprando a produção excedente, buscando influir na cotação internacional do café, estimulando a exportação, em suma, promove um pacto de compromisso com o latifúndio, que será o principal sustentáculo do Estado Novo.

Porém, em 1945, Vargas encontra-se desgastado na Presidência da República, sendo pressionado para fazer a reabertura política, no caso, a redemocratização. O presidente em seus atos buscou se aproximar da classe trabalhadora por meio de seu enorme carisma, causando inquietação perante a classe dominante, que, segundo Werneck Sodré, era desejosa de manter a estrutura estadonovista, porém sem Vargas. Os seus atos políticos visaram à consolidação de uma base política progressista que influenciasse a feitura da nova Constituição, mas:

O fim da segunda guerra mundial, com a correlação externa de forças, impunha a liquidação da solução de emergência que fora o Estado Novo. (...) Vargas tentou recompor a situação, buscando reencontrar as bases populares em que poderia assentar uma nova política. Mas era tarde. Aos primeiros prenúncios de sua atitude, latifúndio e imperialismo decretaram sua liquidação. Foi deposto, em outubro de 1945, por golpe militar branco, abrindo novo período da história brasileira (SODRÉ, 1964, p. 308).

Ou seja,

A verdadeira razão, entretanto, [da queda de Vargas] estava na sua política de aproximação com as forças populares, iniciativas como a lei antitrustes e de uma política externa independente. Tratava-se, em suma, de mais uma política da guerra fria (SODRÉ, 1967b, p. 255).

O objeto de análise aqui são as circunstâncias com que os progressistas se depararam naquele período, marcado pelo choque entre as vertentes do desenvolvimento, polarizando a sociedade. O endurecimento do governo Dutra (1946-50), com a cassação do Partido Comunista, o alinhamento irrestrito as posições norte-americanas e o clima de perseguição ideológica a políticos e sindicatos, fizeram com que, entre os militares, os embates fossem mais reprimidos, explicitando-se, no campo das práticas, posições de neutralidade, combate ou adesão à potência hege-

mônica: os Estados Unidos. Frequentando o Clube Militar e as reuniões de cúpula intelectual do exército, Werneck Sodré se aliou ao oficialato orgânico progressista, como o episódio da campanha “O Petróleo é Nosso”. Opondo-se ao oficialato orgânico conservador das Forças Armadas, que combatia o monopólio estatal do petróleo e defendia a participação de capital estrangeiro na empresa petrolífera, Nelson Werneck Sodré recebeu, à época, a classificação de comunista, a qual ele sempre acrescentou a expressão nacionalista.

Os grupos progressistas que lutaram pela autonomia econômica, política e militar do Brasil se proclamam nacionalistas, em oposição ao que foi qualificado no período como “entreguistas”. A ideia de nacionalismo, derivada de nação, não é a mesma entre todos os nacionalistas. Identificando-se como marxista-nacionalista, Sodré procura explicar a categoria:

Partimos desde logo, de definição do que é nacional, para que não haja dúvidas: só é nacional o que é popular. A nação para nós é o povo e não apenas o território. Ela foi construída, em processo histórico, isto é, pela acumulação, ano a ano, século a século, de tudo aquilo que, em nós, representou trabalho e sacrifício, tudo aquilo que foi resultado do esforço coletivo, tudo aquilo que, depois de quatro séculos, aproximando-se do quinto, chegou a moldar a fisionomia atual do país: a sua grandeza geográfica, as suas tradições, o seu povo (SODRÉ, 1998, p. 88).

No Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), por sua vez, houve nítidas diferenças de concepção sobre o desenvolvimento brasileiro, sendo Werneck Sodré considerado, pela chamada esquerda radical, um moderado. O Instituto teve duas fases: a primeira conhecida como desenvolvimentista (1956-60), quando se distinguia o nacionalismo progressista do liberalismo, agregando desde Sodré até Roberto Campos; e a segunda fase, a do período das reformas sociais (1961-64), em que se destacou a militância política do ISEB em defesa das reformas de base e da legalidade democrática, apoiando abertamente o governo Goulart. Esse período foi caracterizado pela politização e “esquerdização” da instituição, como também pela crítica ao nacional-desenvolvimentismo. E, no período Goulart, se destacou empunhando a bandeira do nacionalismo como ideologia.

#### **4 A BURGUESIA NACIONAL**

Nelson Werneck Sodré em sua obra historiográfica teorizou acerca da burguesia nacional como força motriz para o desenvolvimento brasileiro independente, livre do imperialismo. Para compreender essa tese, tem-se que retomar as diretrizes da teoria da “Revolução Brasileira”. Segundo Sodré, nessa época iniciada com a Revolução de 1930, com o advento de Vargas, estabelece-se uma política

econômica visando à industrialização do país, tendo como base o modelo de “Substituição de Importações”, além do investimento em indústrias de base.

Durante a era Vargas, o mercado interno desenvolveu-se graças ao incentivo dado à atividade industrial, proporcionando o crescimento de uma nova classe social: a alta burguesia, que, de acordo com Sodré, era inexistente em épocas anteriores da História do Brasil, porque a nossa sociedade sempre fora dividida em três segmentos sociais: os grandes proprietários rurais, a classe média e o povo. Em muitos momentos de crise, ao longo da história do país, a classe média ocupou o lugar que seria protagonizado pela alta burguesia, como a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

Porém, na década de 1940, com a ascensão da alta burguesia na conjuntura nacional, a deposição de Vargas da Presidência da República em 1945, além do término da Segunda Guerra Mundial e, conseqüentemente, do advento da Guerra Fria, surge no contexto internacional um novo cenário, contrário ao da década de 1930, em que o mundo, principalmente a economia norte-americana estava sob a atmosfera da Grande Depressão - os Estados Unidos emergem como a grande superpotência do mundo capitalista, ávidos por mercado externo, impelindo os países que estavam em sua órbita para abrirem os seus mercados, entre os quais o Brasil.

A burguesia brasileira formou-se tardiamente, assim como a industrialização do país, enquanto que a economia internacional estava em sua fase imperialista, recuperada dos impactos da crise de 1929, pressionando diversas economias em desenvolvimento, como a brasileira e, conseqüentemente, a burguesia recém-consolidada. Para Werneck Sodré, a necessidade da defesa do mercado interno compelia a burguesia a se aliar com as demais forças progressistas.

Em sua perspectiva, o capitalismo e a burguesia nascem do desenvolvimento mercantil, em uma fase determinada desta fase. Quando, ocorre, principalmente, a retirada dos meios de produção de seus antigos proprietários, fazendo com que passem a vender a sua força de trabalho, tornando-se estes uma mercadoria, ou seja, da soma dos valores gerados por esta força de trabalho é que surge o capital. Segundo Werneck Sodré, a burguesia brasileira, diferente da francesa, da inglesa e da norte-americana, desponta na fase imperialista. Em seu nascimento, a burguesia brasileira enfrentou obstáculos, assim como a estrutura colonial de produção traduzida no latifúndio, que se agravou ainda mais com a queda da renda, com efeitos projetados no tempo e nas condições conseqüentes da etapa imperialista do capitalismo.

Para o autor, há uma contradição entre a burguesia e o imperialismo, já que há uma disputa por parte de ambos pelo mercado interno, e se tornam, cada vez mais, acirradas em meados do século XX. Sendo assim, a posição da burguesia depende das classes que enfrentam o imperialismo, já que só tem a perder com esse sistema, ao mesmo tempo em que se coloca em risco como classe. O problema democrático, segundo Sodré, estaria no centro das ações políticas da burguesia, que, no caso brasileiro especificamente, necessita do apoio de outros segmentos e

camadas sociais para alcançar objetivos pendentes, porém, na contramão disso, deseja que essas classes (em especial o proletário) se mantenham sempre subordinadas a ela, seguindo seus rumos e desígnios. Sendo assim, para o historiador, o curso revolucionário dependia da burguesia, pois estava em jogo como classe constituída e decidia o seu destino e o do país.

## 5 CONCLUSÃO

A ascensão do Regime Militar, em 1964, demonstrou que, ao invés do desenvolvimento democrático-burguês, com a burguesia aliada ao proletariado e ao campesinato contra o imperialismo e o latifúndio, conforme orientação do PCB, prevaleceu a perspectiva do desenvolvimento associado entre a burguesia local e a burguesia internacional, sobretudo a norte-americana e a europeia, desencadeando num regime autoritário, sustentado pela aliança entre as novas e velhas elites, ou seja, pela aliança entre a burguesia e o latifúndio, demonstrando que a realidade fora diversa daquilo que havia teorizado Nelson Werneck Sodré, já que, durante o período democrático (1945-64), a burguesia vivera num dilema: ou convivia com o latifúndio, livrando-se da ameaça socialista; ou enfrentava essa ameaça, livrando-se do latifúndio.

Werneck Sodré concluiu, sob a euforia do momento (no calor de suas atividades como intelectual engajado no ISEB e quadro orgânico do PCB), que a burguesia tinha menos medo do proletariado do que do latifúndio. Porém, verificou-se justamente o contrário: a burguesia agiu racionalmente e, não, moralmente – a presença do latifúndio não é incompatível com sua ascensão, enquanto que a vitória do proletariado-campesinato significaria o seu fim.

A burguesia nacional, ou melhor, o empresariado brasileiro, pode ser mais bem compreendido se observar a perspectiva de Fernando Henrique Cardoso (1964), em seu livro intitulado *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, em que analisa o comportamento da burguesia industrial brasileira, apontando para o seu caráter “acanhado”, no caso, tímido, sem espírito empreendedor, sendo totalmente submisso ao Estado, que, em sua ótica, é o grande empreendedor no Brasil, não possuindo uma característica primordial da burguesia norte-americana: a cultura *self-made-man*, relegando-se à política clientelista do Estado: “pois, na situação brasileira, qualquer empreendimento de certo vulto depende efetivamente do amparo do Estado” (CARDOSO, 1964, p. 173).

Portanto, a burguesia brasileira “acanhada”, ou melhor, vacilante só avançaria tendo o pleno controle do aparelho estatal, o que não fora possível durante a República Democrática e, sobretudo, com as diretrizes propostas por Werneck Sodré, que culminaria na transferência do controle do Estado para os setores sindicalistas, notadamente o PCB, configurando-se o pesadelo dessa nova classe dominante representada pelo empresariado.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 13. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CUNHA, P. R.; CABRAL, F. *Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2011.

FALCON, F. J. C. *Estudos de história e historiografia*, volume I: *teoria da história*. São Paulo: Hucitec, 2011.

FAUSTO, B. *A Revolução de 30: historiografia e história*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Org.). *O Brasil Republicano: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FURTADO, C. *A Formação econômica do Brasil*. 23ª ed. São Paulo: Biblioteca Nacional, 1980.

LENIN, V. I. *Dois táticas da social democracia na revolução democrática*. São Paulo: Livramento, [20-]

\_\_\_\_\_. *O que fazer?* São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARIÁTEGUI, J. C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRADO JR., Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.



REIS, J. C. *As Identidades do Brasil 1: de Varnhagen à FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, M. (Org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: EDUSC, 2001.

SODRÉ, N. W. *As raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

\_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. *História da burguesia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Revolução Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967a.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967b.

\_\_\_\_\_. *Tudo é política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.